

Mercadante expõe reculo governista no processo contra ACM

VALOR ECONÔMICO

César Fellcio

De Brasília

28 MAR 2003

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que não é membro do Conselho de Ética, tomou a palavra então para se posicionar contra as convocações de Geddel e Faria. Mercadante argumentou que o depoimento de Geddel, que já acusou publicamente ACM de ser o autor intelectual do grampo, seria "previsível". Em relação a Alan Faria, o petista disse que o inquérito na Polícia Federal está investigando 22 testemunhas para levantar a atuação do funcionário no caso, e, portanto, "seria proveitoso ouvi-lo na conclusão dos trabalhos". Isolado, Mesquita Filho cedeu: "Sou firme, mas não sou turrão", afirmou, desistindo do seu requerimento inicial e de suas ameaças de abandonar o caso.

O primeiro depoimento no Conselho de Ética, dado ontem pelo delegado Gesival Gomes de Souza, foi mas útil para os interessados em defender ACM do que para seus adversários. Buscando evitar qualquer indicação de culpa antes da conclusão do inquérito, o policial foi forçado a dizer que, por enquanto, o petista não é considerado o autor do crime. Pouco revelou sobre o andamento

do inquérito ou suas conclusões iniciais. Os petistas registraram publicamente a falta de novidades. "Eu sabia que o delegado viria aqui e não diria nada. Qual foi o proveito da sua vinda aqui? nenhum proveito", concluiu o senador Demóstenes Torres (PFL-GO), vice-presidente do Conselho de Ética.

Durante a sessão, o senador Rodolfo Tourinho (PFL-BA) tentou impedir até mesmo a convocação dos jornalistas. Ele apresentou um requerimento para que eles só fossem ouvidos depois de depor na Polícia Federal, o que só deverá ocorrer entre o final de abril e o início de maio, de acordo com o delegado. Já os senadores tucanos tentaram envolver diretamente o PT no caso. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou um requerimento de convocação do líder petista na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), que também foi grampeado. A convocação imediata dos jornalistas, que deverão depor na próxima terça-feira, foi aprovada por nove votos a seis. Os demais requerimentos sequer chegaram a ser votados.

Em uma sessão tensa, marcada pela ameaça do senador Geraldo Mesquita Filho (PSB-AC) de renunciar à relatoria do processo contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o Conselho de Ética do Senado restringiu ontem a lista de depoimentos da sindicância aberta para apurar a suspeita da participação do petista na instalação de gramos telefônicos ilegais na Bahia.

Mesquita Filho apresentou um requerimento convocando para depor o deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), inimigo de ACM e vítima do grampo, o funcionário público Alan Faria, suspeita de ser o autor material do delito, e os jornalistas Weiler Diniz e Luiz Cláudio Cunha, da revista "IstoÉ", que teriam ouvido do petista uma admissão de culpa. O PFL articulou para que não fosse tomado depoimento algum antes das testemunhas serem ouvidas no inquérito da Polícia Federal sobre o caso, que deverá ser encerrado no dia 9 de maio.